



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

ANÁLISE QUALITATIVA DAS EMENDAS PARLAMENTARES AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E CLIMA NO ANO DE 2024

Thalita Dal Santo¹, thalitadal@gmail.com

Rafael Freire de Paula², rafael.paula@unespar.edu.br

(X) Apresentação Oral (GT)

GT pretendido: 2 - (Geo)Políticas do Meio Ambiente, Gestão de Recursos e Sustentabilidades

RESUMO

Este estudo analisa qualitativamente as emendas parlamentares destinadas ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima no ano de 2024, em um contexto marcado pelo agravamento da emergência climática no Brasil. O recorte temporal concentra-se no exercício orçamentário de 2024, enquanto o recorte espacial considera os estados de origem dos parlamentares autores das emendas. O objetivo é identificar quais congressistas destinaram recursos ao ministério, suas unidades federativas de origem e a distribuição espacial desses valores. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se na análise documental da legislação orçamentária e na pesquisa bibliográfica sobre o orçamento impositivo, além da elaboração de produtos cartográficos para espacialização dos dados. As informações foram obtidas em bases oficiais, com destaque para dados orçamentários e geoespaciais, e tratadas por meio de softwares de geoprocessamento e tabulação. Os resultados preliminares indicam baixo volume de recursos destinados à agenda ambiental, concentração das emendas parlamentares das regiões Sul e Sudeste e ausência de aportes significativos oriundos de estados severamente afetados por eventos climáticos extremos. A pesquisa evidencia limitações na utilização das emendas parlamentares como instrumento de enfrentamento da crise climática e reforça a necessidade de maior compromisso político com a agenda ambiental.

Palavras-chave: Análise Espacial; Emendas Parlamentares; Ministério do Meio Ambiente e Clima;

INTRODUÇÃO

A atuação do Congresso Nacional na definição e execução do orçamento público federal tem assumido papel central na formulação e implementação de políticas públicas no Brasil, inclusive na área ambiental. Destaca-se que, desde 2015, com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 86 (Brasil, 2015) e a criação do orçamento impositivo, o CN passou a controlar parte considerável do recurso federal. Em 2024, por exemplo, do orçamento de R\$5,5 trilhões previsto para execução do governo federal, o congresso controlou, via emendas, aproximadamente R\$ 44,1 bilhões (Brasil, 2025).

Segundo Nobre, Rodrigues e Semente (2024), o orçamento impositivo compreende quatro tipos de emendas: as individuais, de bancada, de comissão e de

¹ Doutoranda em Geografia, Universidade do Centro-Oeste (Unicentro), Guarapuava (PR).

² Doutor em Geografia, Docente na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campo Mourão (PR).

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)
[vcongeo2026.unir.br](https://www.facebook.com/vcongéo2026.unir.br)
www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

relator. Nesta perspectiva, os congressistas e os partidos brasileiros ganharam o poder de controlar o orçamento e também, ao menos na teoria, o poder de destinar dinheiro público e promover políticas públicas, visando corrigir desigualdades regionais, para diversas áreas da administração pública, inclusive para o meio ambiente, e para os municípios afetados por eventos climáticos extremos, caso seja do interesse dos parlamentares.

No contexto contemporâneo, marcado pelo agravamento da crise climática e pela intensificação de eventos extremos, a destinação de recursos orçamentários ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima torna-se estratégica para o enfrentamento das desigualdades socioambientais e territoriais. As emendas parlamentares, nesse sentido, configuram-se como instrumentos relevantes para a viabilização de ações voltadas à mitigação, adaptação e resposta a desastres ambientais.

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender quem são os parlamentares que destinam recursos ao setor ambiental, bem como a distribuição espacial dessas emendas a partir de seus estados de origem. Assim, este estudo busca analisar qualitativamente as emendas parlamentares destinadas ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima no ano de 2024, considerando os autores das emendas, suas unidades federativas de origem e a relação desses aportes com o contexto de emergência climática vivenciado no país.

METODOLOGIA

Para realizar a análise qualitativa das emendas parlamentares destinadas ao Ministério do Meio Ambiente e do Clima, primeiramente nos debruçamos sobre a pesquisa documental, buscando na legislação brasileira, a evolução e formalização das emendas em um dispositivo impositivo e de poder, controlando parte expressiva do orçamento do Poder Executivo. Com o objetivo de compreender o que já foi estudado sobre as emendas parlamentares, nesta etapa, também realizamos a pesquisa bibliográfica sobre as emendas.

No segundo momento, nos dedicamos à elaboração dos produtos cartográficos para espacializar o estado de origem dos parlamentares que destinaram emendas parlamentares ao MMA. Serviram como fontes oficiais de dados o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com os *shapefiles* de país, estados e municípios; e o site Siga Brasil, de onde foram coletadas as informações referentes ao autor, estado de origem, partido e município de destino das emendas. Para o geoprocessamento dos dados espaciais, foi utilizado o *software* QGIS; e para a tabulação de dados e elaboração de gráficos foi utilizado o *Excel*.

Por fim, nos dedicamos a analisar criticamente como os valores das emendas foram utilizados, observando quem foi o autor (parlamentar), qual é o seu estado de origem, o seu partido e em quais tipos de ações esses valores foram empregados.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

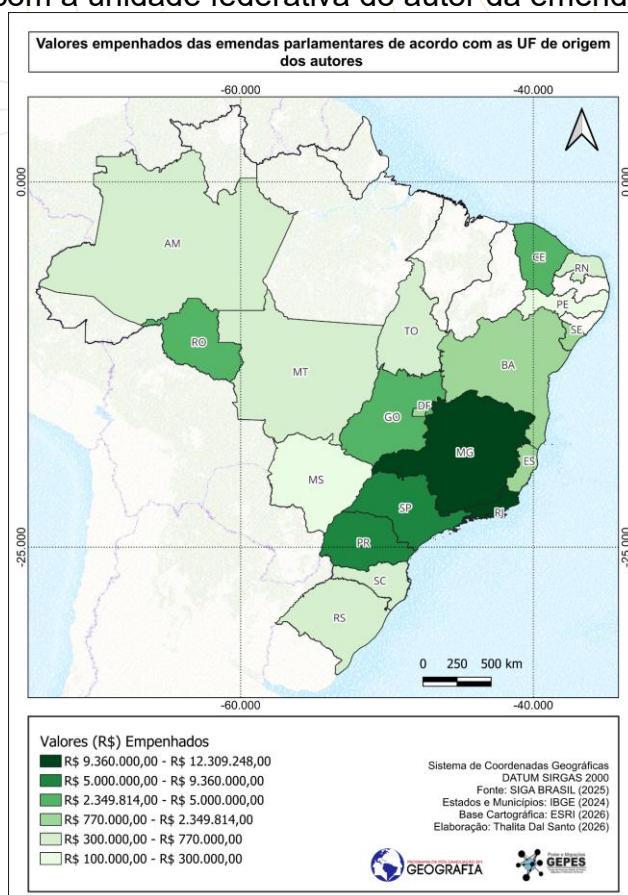
CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Nesta etapa serão apresentados os resultados preliminares encontrados a partir da análise das emendas parlamentares enviadas ao MMA no ano de 2024. No ano de 2024, os parlamentares brasileiros submeteram ao orçamento federal um total de 7.740 emendas, das quais, os valores empenhados somaram R\$44,9 bilhões. Ao MMA foram destinadas 87 emendas, que resultaram em R\$53,24 milhões de reais empenhados, o que correspondeu a 12% do valor total empenhado via emendas.

A **Figura 1** apresenta a variação dos valores empenhados de acordo com a unidade federativa do autor da emenda.

Figura 1 – Mapa da variação dos valores das emendas parlamentares de acordo com a unidade federativa do autor da emenda.



Fonte: Elaboração própria. Base de dados do IBGE (2024) e Siga Brasil (2026). Cartografia criada com o QGIS.

De acordo com o mapa apresentado na Figura 1, das 27 unidades federativas, 19 estados concentraram os parlamentares que enviaram emendas ao MMA. Dentre estes, os valores mais expressivos concentram-se nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Estados como Acre, Alagoas, Amapá, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, e Roraima, não tiveram destinação de emendas

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

parlamentares ao ministério. Os valores exatos das emendas parlamentares de acordo com seus estados de origem, encontram-se no **Quadro 1**.

Quadro 1 – Valores de emendas empenhadas ao MMA com base na UF de origem do parlamentar

Unidade Federativa do parlamentar	Valores empenhados (R\$)
RJ	R\$ 12.309.248,00
MG	R\$ 9.360.000,00
SP	R\$ 9.163.124,67
PR	R\$ 5.000.000,00
CE	R\$ 3.245.000,00
RO	R\$ 3.000.000,00
GO	R\$ 2.349.813,80
BA	R\$ 1.948.821,26
ES	R\$ 1.500.000,00
SE	R\$ 1.300.000,00
DF	R\$ 770.000,00
TO	R\$ 600.000,00
AM	R\$ 581.040,96
SC	R\$ 509.000,00
RN	R\$ 500.000,00
RS	R\$ 500.000,00
MT	R\$ 300.000,00
MS	R\$ 200.000,00
PE	R\$ 100.000,00

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Siga Brasil (2026).

No total, 49 congressistas destinaram emendas ao MMA e eles estão vinculados a 14 partidos políticos, como demonstra o gráfico da **Figura 3**.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/

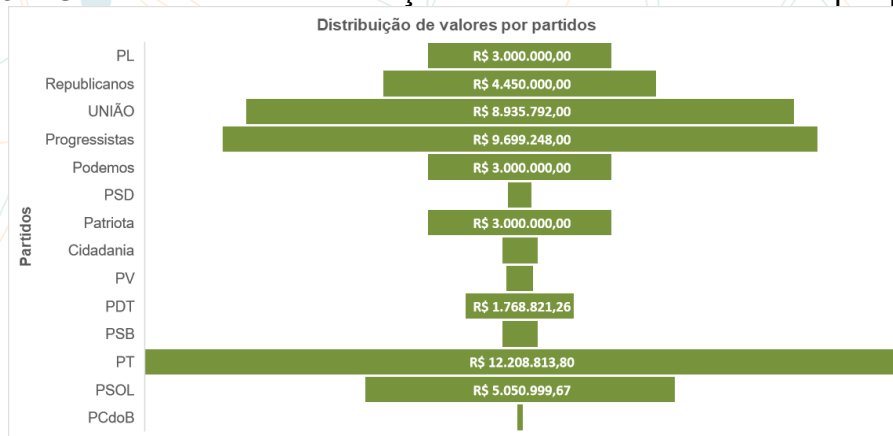


V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Figura 3 – Gráfico com a concentração dos valores das emendas por partidos³



Fonte: Elaboração própria. Dados: TSE (2024); Siga Brasil (2026).

A partir dos dados apresentados podemos observar um pequeno número de parlamentares interessados em destinar emendas ao MMA, bem como, valores baixos para o financiamento de projetos ambientais do ministério, mesmo em um ano como o de 2024, em que o Brasil enfrentou eventos extremos catastróficos.

O mapa da Figura 1 demonstra que as maiores cifras destinadas ao ministério, se concentraram em congressistas dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, evidenciando uma predominância da utilização das emendas por parlamentares da região Sul e Sudeste.

Além disso, também foi possível observar a negligência por parte dos parlamentares dos estados atingidos pelos eventos climáticos extremos ocorridos em 2024. Estados como Rio Grande do Sul atingido por enchentes, Mato Grosso do Sul com secas e queimadas intensas no Pantanal, estados da região Norte acometidos pela seca e a região Centro-Oeste que concentra o bioma mais desmatado, o Cerrado, não atraíram a atenção dos parlamentares nas questões vinculadas à temática ambiental.

A análise dos valores das emendas parlamentares por partidos políticos (Figura 3) demonstra ainda que, mesmo com o negacionismo climático da maioria dos congressistas dos partidos à direita, os parlamentares deste espectro político foram os que mais se utilizaram dos recursos orçamentários das emendas parlamentares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

³ Valores em R\$ por partidos não representados na Figura 3:

PSD - R\$ 400.000,00

Cidadania - R\$ 581.040,96

PV - R\$ 450.000,00

PSB - R\$ 591.333,00

PCdoB - R\$ 100.000,00

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Neste resumo apresentamos os resultados preliminares da análise das emendas parlamentares destinadas ao MMA no ano de 2024. Destacamos que os dados são provenientes de uma pesquisa de doutoramento em curso e, por isso, ainda serão submetidos a análise aprofundada. No entanto, já foi possível observar a concentração de recursos financeiros na região historicamente privilegiada, o Sudeste, e regiões negligenciadas, mesmo sendo as mais necessitadas. Ademais, destacamos também a intensa utilização do uso das emendas por parlamentares de partidos da direita, espectro em que predomina o negacionismo climático.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento à CAPES pela concessão de bolsa para realização da pesquisa de doutorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Controladoria-Geral da União**. Portal da Transparência. Brasília: CGU, 2026. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/emendas?ano=2024>. Acesso em: 3 fev 2026.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 86**, de 17 de março de 2015. Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc86.htm. Acesso em: 26 jan 2026.

BRASIL. Siga Brasil – **Produto do Senado Federal desenvolvido pelo PROSEN e parceria com a Consultorias de Orçamentos – CONORF**. Disponível em: https://www9qs.senado.leg.br/extensions/Siga_Brasil_Emendas/Siga_Brasil_Emendas.html. Acesso em: 15 jan 2026.

NOBRE, V., RODRIGUES, M., SEMENTE, M. (2024). Emendas Parlamentares em saúde: para onde caminham? **Nota Técnica n. 35**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, 2024. Disponível em: <https://ieps.org.br/nota-tecnica-35/>. Acesso em 03 de fev de 2026.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/